

MUSEU JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)

Copyright © Dos Autores, 2023.

1º edição - 2023

REVISÃO E PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS: Mauro Meirelles

NORMATIZAÇÃO: Mauro Meirelles

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Mauro Meirelles

CAPA: Luciana Hoppe

TIRAGEM: 500 exemplares para distribuição on-line.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

M986 Museu Julio de Castilhos: histórias e perspectivas / Zita Rosane Possamai, Ana Celina Figueira da Silva, organizadoras; prefácio de Maria Margaret Lopes. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.

653 p.: il. – (Coleção Artes da Memória)

ISBN: 978-85-7150-060-0

1. Museu Júlio de Castilhos. 2. Museu Júlio de Castilhos – História. 3. Museu. 4. Museologia. 5. Memória. I. Possamai, Zita Rosane. II. Silva, Ana Celina Figueira da Silva. III. Lopes, Maria Margaret. IV Série.

CDU: 069.1(816.5)

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

DOI: 10.29327/5385334

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Este livro foi submetido a revisão por pares, conforme exige as regras do Qualis Livros da CAPES.

**COLEÇÃO
ARTES DA MEMÓRIA**

PROAP
Programa de Apoio à
Pós-Graduação



MUSEU

JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)


cirkula
2023

2

COLECIONAR E EDUCAR: O MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS E SEUS PÚBLICOS (1903-1925)

Zita Rosane Possamai

Introdução¹

O Museu Julio de Castilhos é uma das instituições museológicas mais visitadas do Rio Grande do Sul, não apenas por ser o mais antigo em funcionamento no Estado, mas também por estar associado a determinados objetos curiosos de suas coleções, cujo exemplo emblemático são as botas de um gigante², que atribuíram àquele espaço um potencial de ativação da memória por inúmeros indivíduos que por ali passaram. A despeito das renovações expográficas intentadas nas últimas décadas na tentativa de problematizar e contextualizar esse objeto curioso, atribuindo a ele novos significados, este fetiche continua atraindo e mobilizando a sociedade gaúcha³,

1 Publicado originalmente na revista *Varia História*; aqui o texto sofreu algumas atualizações.

2 As referidas botas pertenceram a Francisco Angelo Guerreiro que sofria de uma síndrome endócrina que fez crescer seu corpo além dos considerados parâmetros de “normalidade”, vindo a calçar o número 56. Para maiores detalhes sobre a coleção e seu lugar no museu, ver neste volume a contribuição de Letícia Borges Nedel, *Da coleção impossível ao espólio indesejado*.

3 Para Saber mais, ver o estudo de Letícia Borges Nedel, *Da coleção impossível ao espólio indesejado*, refere a retirada das referidas botas de exposição no início dos anos 1990, prática frustrada pelas reivindicações do público pela volta das botas. Mais recentemente, nova tentativa foi também frustrada por calorosos debates, desta vez pela internet. O museu tem exposto as referidas botas contextualizadas ao problema de

situação que proporciona aos investigadores e profissionais dos museus inúmeras indagações sobre o papel cognitivo dos museus e das coleções por estes preservadas.

Partindo dessas preocupações apontadas no presente, mas fugindo da perspectiva de apontar direcionamentos com vistas a equacionar essas questões mais que tangenciadoras do universo museal, este texto tem o objetivo mais modesto de verificar em perspectiva histórica a relação entre o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, denominado, a partir de 1907, Museu Julio de Castilhos, e seu público visitante⁴, nas primeiras décadas de sua trajetória, entre 1903 e 1925. Por esse viés, pretende-se delinear um conhecimento histórico do problema, contribuindo para reflexões mais bem fundamentadas no universo empírico à disposição.

Considera-se que a investigação dos museus como instituições voltadas para a formação de coleções, para a produção de conhecimento e sua socialização, por meio de exposições e ações educativas, é relevante para a pesquisa no âmbito da História, especialmente da História da Educação. Não é intenção deste trabalho situar o estado da arte no que se refere aos museus como objeto investigado pela área da História⁵ ou da História da Educação no contexto brasileiro, contudo, é interessante notar a presença

saúde enfrentado por Francisco Angelo Guerreiro na tentativa de distanciar esses objetos de uma perspectiva 'curiosa' e acrítica.

4 Convém ressaltar que o presente texto reporta-se a uma perspectiva histórica do estudo de público visitante, diferentemente dos estudos que investigam *in loco* o público dos museus na atualidade, entre os quais pode ser mencionado MARANDINO, M.; ALMEIDA, A. M.; VALENTE, M. E. A. **Museu lugar do público**. [Volume 1]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

5 Obras que tratam especificamente os museus em perspectiva histórica. Ver, entre outros, POULOT, D. **Musée, nation, patrimoine 1789-1815**. Paris: Gallimard, 1997; BREFE, A. C. F. **Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional**. São Paulo: Editora Unesp/Museu Paulista, 2005.

dos museus em estudos da História da Educação, quando estes estão diretamente vinculados à escola, os “Museus Escolares” (VIDAL, 1999), ou a projetos educacionais mais amplos⁶. No entanto, o que se deseja aqui enfatizar é que, mesmo fora do âmbito escolar ou do sistema de ensino, a história dos museus pode ser inserida no âmbito dos estudos da História da Educação, argumento amparado na historicidade dos museus como instituições voltadas à construção de saberes sobre a cultura material e a cultura visual – as coleções, com a finalidade educativa. Nesse sentido, os museus são historicamente espaços educativos que se configuram na articulação entre conservação, pesquisa e exposição de bens culturais preservados. A partir dessa especificidade, os museus podem ser considerados objetos relevantes a investigar sob a perspectiva da História da Educação, não apenas porque se vinculam aos sistemas de ensino em diferentes contextos históricos, mas porque são instituições historicamente configuradas com o objetivo de educar e transmitir saberes na sociedade.

A partir desses pressupostos, mira-se o Museu do Estado, criado em 1903, pelo então presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, estando seu surgimento ligado à 1ª Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul, realizada em 1901. Desse evento, o museu herdou o material exposto – 360 exemplares de minérios – e o espaço físico, dois pavilhões construídos para abrigar a exposição, no antigo Campo da Redenção, ao lado da Escola de Engenharia. Seus objetivos ficaram explícitos nas quatro seções constituídas por suas coleções, conforme o seu regulamento:

Artigo 2º – Os artigos entregues ao museu serão distribuídos pelas quatro secções seguintes:

6 BASTOS, M. H. C. **Pro patria laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)**. Bragança Paulista: EDUSE, 2002.

- 1ª Secção de zoologia e botânica.
- 2ª Secção de mineralogia, geologia e paleontologia.
- 3ª Secção de antropologia e etnologia.
- 4ª Secção de ciências, artes e documentos históricos.⁷

Observa-se, assim, que o Museu do Estado fora criado com objetivos bastante amplos, com características dos museus de História Natural surgidos no contexto do movimento de criação de museus em nível internacional e no Brasil, entre o final do Século XIX e início do Século XX (LOPES, 1997; SCHWARCZ, 2005; SANJAD, 2011). Internacionalmente, esses museus ampararam-se no desenvolvimento dos parâmetros científicos de investigação ligados às ciências naturais, especialmente a Biologia, e numa perspectiva de análise calcada no positivismo evolucionista. Aos grupos humanos eram aplicados os mesmos instrumentais de análise oriundos das Ciências Biológicas. Nesse viés, os objetos etnográficos, classificados tipologicamente, eram expostos de modo a demonstrar a evolução linear da humanidade, indo dos artefatos dos povos considerados mais atrasados até aqueles considerados civilizados⁸. Num cenário de desenvolvimento das ciências, esses museus de História Natural estabelecidos na Europa, Estados Unidos, América e Brasil mantinham-se em contato por meio de uma rede de comunicação⁹, através da qual circulavam não apenas os pesquisadores viajantes, mas também espécimes da flora e da fauna, que iam paulatinamente conformando as coleções dessas instituições.

No Brasil, a fundação do Museu do Estado, localizado na província mais meridional do Brasil, é uma das

7 RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas**. Porto Alegre, 1903, p. 27.

8 SCHAER, R. *L'invention des Musées*. Paris: Gallimard, 1993.

9 LOPES, M. M.; MURRIELLO, S. E. Ciências e educação em museus no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 12, Supl, pp. 13-30, 2005.

iniciativas em sintonia com a criação de outros Museus de Ciências surgidos no território brasileiro ainda no Século XIX, como o Museu Nacional, o Museu Escolar Nacional, o Museu Botânico do Amazonas, o Museu Paraense, o Museu Paulista e o Museu Paranaense, entre outros¹⁰. O aparecimento desses museus pode ser vinculado, por um lado, ao contexto econômico e político de modernização do País e, por outro lado, à emergência de elites intelectuais locais que ao lado das elites políticas tiveram por tarefa imaginar o progresso regional e nacional, buscando os meios para alcançá-lo. O projeto de modernização conservadora, nos quadros de uma economia agroexportadora, foi amparado nas ciências, que se organizavam no Brasil através das sociedades científicas e nos Institutos Históricos e Geográficos, cujas ideias amparavam-se no ideário positivista evolucionista. Nas palavras de Maria Margaret Lopes:

Assumiu-se na análise da sociedade brasileira a essência classificatória das ciências naturais, e, portanto, dos museus, popularizada pelas formas específicas das classificações hierárquicas, das teorias da evolução social, que correlacionavam a evolução da sociedade à biológica, substituindo os organismos vivos pelos grupos humanos.

O cientificismo não apenas nutriu o caldo de representações sobre o progresso do País, como inspirou as práticas de criação de instituições científicas¹¹ e educacionais, responsáveis pela formação de novos profissionais exigidos pelas mudanças econômicas, advindas da transição de uma sociedade agroexportadora a uma nova ordem urbano-industrial, e pela propagação de ideias higienistas, sanitaristas e racistas que, por sua vez, justificaram práti-

10 LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

11 SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

cas de controle social, seja nas escolas¹², seja nos contextos urbanos modificados pelas reformas preconizadas pelo emergente urbanismo¹³.

No Rio Grande do Sul não poderia ser diferente. Entre o alvorecer da República e as primeiras décadas do Século XX, profundas alterações marcaram a sociedade rio-grandense com o fim do trabalho escravizado e a configuração de relações trabalhistas assalariadas, num novo cenário onde a cidade e a fábrica tornavam-se os lugares de morar e trabalhar de um contingente crescente de pessoas, desafiando os gestores públicos a equacionarem os chamados “problemas urbanos”¹⁴. Nesse sentido, ao lado das transformações econômicas e políticas, inaugurou-se um novo modo de viver, pautado por comportamentos importados da Europa, fazendo da Bela Época um momento de efervescência para as elites urbanas, que acreditavam no progresso, no desenvolvimento social harmônico e nos paradigmas científicos consubstanciados em instituições disseminadoras dos imaginários produzidos pelas incipientes disciplinas, tais como Medicina, Psiquiatria¹⁵, Engenharia, Direito.

Ecoando a máxima positivista de alcançar o progresso, sem prejuízo da ordem, os republicanos no poder, entre os quais muitos positivistas, reunidos em torno do Partido Republicano Rio-grandense, levaram a efeito diversas prá-

12 NUNES, C. (Des)Encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, E. M. T.; FARIA F., L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

13 Sobre as medidas higienistas no espaço urbano, ver, entre outros: RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

14 PESAVENTO, S. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

15 WADI, Y. M. **Palácio para guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2002.

ticas no sentido de alcançar uma sociedade moderna nos moldes científicos propugnados por Augusto Comte. Júlio de Castilhos, considerado o mentor do Museu que anos mais tarde receberá seu nome, e líder do Partido Republicano Rio-Grandense, adaptou as ideias filosóficas do pensador francês para o contexto gaúcho, expressas na constituição de 1901, sendo criadas, ao longo de todo o período republicano, diversas instituições culturais e de ensino voltadas para a produção e disseminação da educação científica, tais como Arquivo Público, Biblioteca Pública, Escola de Engenharia, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito¹⁶. Nos discursos e nas representações visuais¹⁷ produzidas pelos republicanos era ressaltado o desenvolvimento harmônico da sociedade, de modo a conciliar interesses dos três setores econômicos, embora a emergente indústria recebesse atenção por meio da criação da Escola de Engenharia e do Instituto Técnico-Profissional Parobé¹⁸ que objetivava a formação de novos ofícios destinados ao trabalho fabril e à diversidade de especialidades técnicas necessárias à construção de novas edificações, localizadas nos centros urbanos, configurados por meio de grandes reformas¹⁹.

A criação do Museu do Estado insere-se, desse modo, nesse quadro mais amplo de fé na Ciência e na

16 Sobre o positivismo gaúcho, ver, entre outros: GRAEBIN, C. M. G.; LEAL, E. (Org.). **Revisitando o positivismo**. Canoas: Editora La Salle, 1998.

17 DOBERSTEIN, A. W. **Porto Alegre, 1900-1920: estatuária e ideologia**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

18 STEPHANOU, M. Aprender trabalhando: a experiência do Instituto Técnico-Profissional Parobé (1907-1930). In: BASTOS, M. H. C.; TAMBARA, E.; KREUTZ, L. **Histórias e memórias da educação do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Seiva Publicações, 2002. Pp. 247-276.

19 SOUZA, C. F.; DAMASIO, C. P. Os primórdios do urbanismo moderno: Porto Alegre na administração de Otavio Rocha. In: ROVATTI, J.; PANIZZI, W. **Estudos urbanos: Porto Alegre e seu planejamento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993. Pp. 133-145.

Educação como forma de alcançar uma sociedade civilizada. Por esse direcionamento, conduzido especialmente por seu primeiro diretor, Francisco Rodolpho Simch²⁰, o Museu pautou sua atuação, adotando procedimentos concernentes às Ciências Naturais na formação, estudo e classificação de coleções, justificando seus esforços no sentido da utilização das mesmas para o melhor conhecimento do território do Estado, com vistas a sua exploração econômica. Nesse sentido, o Museu Julio de Castilhos pode ser considerado uma das instituições precursoras do desenvolvimento das ciências no Rio Grande do Sul, estando sua atuação em sintonia com os pressupostos positivistas então vigentes.

Francisco Rodolpho Simch compactuava com as ideias de valorização da ciência, compartilhadas com determinados segmentos sociais no contexto investigado, es-

20 Francisco Rodolpho Simch nasceu em Santa Cruz do Sul, em 2 de junho de 1877. Bacharel em Direito e professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre entre os anos de 1909 e 1936, ano de seu falecimento. Publicou, pela Livraria do Globo, *Noções elementares de mineralogia*, em 1907, e *Programa de Economia Social*, em 1931. Também em GERTZ, R. E. **O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.169, localiza-se a seguinte passagem sobre ele: “A respeito de seu papel dentro da Faculdade [de Direito] há uma série de depoimentos. Ruy Cirne Lima, formando da turma de 1928 escreveu: “Desdobrava aos olhos ávidos dos alunos os vastos horizontes da antropogeografia, da etnologia, da sociologia, da economia e da política”, tendo sido o principal propugnador da abordagem sociológica do direito. Mem de Sá, da mesma turma, em suas memórias, apesar de escrever sobre a rudeza e o frequente mal humor de Simch, reconhece que “nasceu para ensinar. Trazia do berço o dom da exposição concisa, concatenada, objetiva, em português enxuto e liso [...] posto que catedrático de Economia e finanças Públicas, substituía qualquer colega de licença [...] Com a nossa [turma] entrosou tão bem que veio a dar-nos aulas extras, duas vezes por semana, de Ciência das Finanças, que, normalmente, não era lecionada, porque o programa de economia, a que estava ligada, enchia o ano todo [...] [era] acima de tudo e antes de tudo – professor!”.

pecialmente Militares, Engenheiros, Matemáticos e Médicos. Em seus relatórios relata com detalhes o cotidiano de procedimentos de coleta, classificação, estudo e organização do material sob seus cuidados. Os primeiros esforços do diretor concentraram-se em formar as coleções, através da compra de exemplares, do recebimento de doações e da realização de saídas a campo pelo interior do Estado. Recolhia o que era considerado de interesse, notadamente material referente à Botânica, Zoologia e Mineralogia, embora as áreas de abrangência da instituição fossem mais amplas, conforme seu regulamento. A importância dessas “excursões” é constantemente lembrada por Simch nas solicitações de verbas regulares para tais empreendimentos ao Governo. Segundo ele, materiais de Ciências Naturais estavam sujeitos à degradação orgânica, precisando, portanto, ser constantemente substituídos. Para isso não se poderia contar com doações, como também esperar que estas, por si sós, fizessem aumentar as coleções. Era imprescindível viajar e coletar material, a fim de formar as coleções sobre os exemplares da flora, da fauna e do solo rio-grandense, conforme procediam os cientistas de outros museus congêneres.

Houve esforço, ainda, para consolidar a posição do recém-criado museu, tanto entre os estabelecimentos similares no exterior quanto em nível nacional e do próprio Estado. Às Intendências Municipais, Simch pedia doações e informações; junto ao Governo, insistia quanto à necessidade de editar uma revista, na qual fossem publicadas as pesquisas desenvolvidas no Museu, e que serviria como instrumento de permuta com outras instituições. Simch afirmava já ter várias pesquisas prontas para publicação, que versariam sobre aspectos do relevo, estrutura geológica, hidrografia, climatologia, fauna e flora do Estado. O diretor utilizava, ainda, o argumento de que

“ficarão nossos trabalhos todos sepultados no silêncio do laboratório, se não forem publicados”²¹. A revista²² seria o local adequado para as discussões de caráter científico que o Museu pretendia empreender, o que não poderia ocorrer em jornais de circulação entre o público leigo, por exemplo. Além de dar visibilidade ao Museu, a revista lhe garantiria um estatuto científico, colocando-o em pé de igualdade com instituições que mantinham a periodicidade de publicações, como os Archivos do Museu Nacional, o Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi e a Revista do Museu Paulista²³.

Já em 1904, o Museu estabelecia intercâmbio com o Museu Paulista, dirigido pelo naturalista Hermann Von Ihering, do qual recebeu a doação de uma coleção de pássaros. Em contrapartida, foi enviada para São Paulo uma coleção de ovos, igual àquela que seria enviada para o Museu Britânico, junto a uma coleção de peles de pássaros e quadrúpedes. Em 1918, o museu recebeu o convite do Museu Nacional para se fazer presente nas comemorações de seu centenário. Tal fato parece indicar que o museu gaúcho se tornou não apenas conhecido no restante do país, mas uma referência científica do Estado mais meridional do Brasil²⁴.

21 RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas**. Porto Alegre, 1906. Pp. 178.

22 Embora tenham sido sistemáticos os pedidos de Simch para publicação de uma revista, esta somente veio a ser editada após a sua saída e quando a sessão de história do Arquivo Público foi transferida para o museu. Recebeu a denominação de **Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul**, circulando entre 1927 e 1930.

23 Sobre as revistas publicadas pelos museus brasileiros, ver dossiê especial organizado pela autora, intitulado *Revistas de Museu, Museus em Revista em Museologia e Patrimônio – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, v. 13, n. 2, 2020.

24 NEDEL, L. B. **Paisagens da província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

O diretor do museu não apenas considerava mais importantes as Ciências Naturais, como também pretendia que o estudo destas pudesse proporcionar e orientar um maior aproveitamento dos recursos disponíveis no Rio Grande do Sul.

O Museu tem de satisfazer o seu fim, que é patentear os recursos naturais do Rio Grande do Sul e não constitui isto simplesmente em acumular material e distribuí-lo, mas sim em estudá-lo, avaliá-lo e ter sempre à mão dados que possam corroborar quaisquer afirmações acerca dessas riquezas²⁵.

Ter presente o fim para que foi criado o Museu: reunir de forma sistemática e completa as amostras de todos aqueles elementos oriundos do Rio Grande do Sul e susceptíveis de apuração industrial²⁶.

Para tanto, foram montados laboratórios capacitados para análises de variada ordem, como de química e de resistência de materiais. Iniciaram-se, então, pesquisas específicas sobre a existência de calcário no Rio Grande do Sul, que pudesse ser aproveitado para favorecer a economia; estudos sobre o grés destinado a ser empregado na construção do palácio do Governo; experiências com sementes de trigo para averiguar as moléstias que mais comumente o atacavam, com vistas a encontrar formas de minimizar os prejuízos por elas acarretados; pesquisas sobre a existência de cobre nas colônias de Guarany e Santa Rosa. No jardim do Museu, inicialmente, Simch intencionava criar um horto com plantas medicinais indígenas. Após resultar infrutífera a tentativa de conseguir tais exemplares, o diretor fez do jardim um observatório fitopatológico, onde monitorava as moléstias mais co-

25 RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas*. Porto Alegre, 1906. Pp. 177.

26 RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas*. Porto Alegre, 1910. Pp. 24.

muns dos vegetais, sempre tendo como foco a possível utilidade econômica de tal estudo.

As Ciências Naturais, desse modo, e sua utilização para o desenvolvimento econômico do estado eram grande preocupação do diretor do museu nos seus primeiros anos. Desde sua criação, o Museu Julio de Castilhos havia permanecido submetido à Diretoria Central da Secretaria de Obras Públicas. É expressivo que, em decreto de 1922, o Museu tenha sido transferido para outra diretoria da mesma secretaria: a Diretoria do Serviço Geológico e Mineralógico, permanecendo até 1925. A referida Diretoria havia sido criada em 1917 e desde essa data já ocupava duas salas do Museu. Para o diretor, tal fato não representava incômodo. Ao contrário, “conviria, por isso que não são incompatíveis as duas repartições tendo até íntimos pontos de contacto”²⁷. As duplicatas de rochas existentes na Diretoria eram recolhidas ao Museu e Simch sugeria que um preparador acompanhasse as turmas de pesquisa geológica e recolhesse tudo que fosse possível. Parece, assim, haver uma identificação de interesses e propósitos entre as instituições, ambas preocupadas com o estudo mineralógico e geológico do Estado, objetivando seu maior aproveitamento econômico.

Paradoxalmente, no entanto, a anexação do museu à Diretoria do Serviço Geológico e Mineralógico não pareceu resultar em benefícios ao Museu. Nesses anos, os relatórios anuais das atividades tornam-se lacônicos, registrando o desânimo de Simch perante a Instituição. O relatório de 1924 resume-se a uma linha: “Quanto a este instituto nada tenho a acrescentar ao que mencionei em meu relatório anterior”²⁸. A remodelação que Francisco Simch reclamava efetivamen-

27 RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da secretaria de Estado dos Negócios das obras públicas**. Porto Alegre, 1918. Pp. 386.

28 RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas**. Porto Alegre, 1924, p.448.

te se concretizou. No entanto, seguiu rumos bem diversos dos trilhados por ele até então. Em 1925, o Museu Julio de Castilhos iniciou um processo de mudança, transformando-se de um Museu de Ciências Naturais em uma Instituição preocupada com a historiografia do Rio Grande do Sul. Para tanto, contribuíram a transferência para o museu da seção histórica do Arquivo Público e do recém-criado Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e a nomeação do literato Alcides Maya para dirigir a instituição.

O museu e seus visitantes

Nas primeiras décadas de sua existência, o museu nutria um acentuado viés investigativo, aliado ao aspecto celebrativo da memória de Julio de Castilhos, sendo nesse sentido considerado como um museu que

permanecia a maior parte do tempo com as portas fechadas ao público, recebendo pesquisadores estrangeiros e fornecendo pareceres técnicos (especialmente à Secretaria de Obras), sem contemplar a função museográfica e que recebia como visitantes exclusivamente pesquisadores.²⁹

Pesquisa direcionada à relação da instituição com o público escolar e com o sistema de ensino, permitiu relativizar essa primeira observação, conforme as informações a seguir apresentadas.

O regulamento de criação do Museu do Estado, além de prever o escopo de suas coleções, conforme mencionado anteriormente, detalhando os procedimentos de classificação e as atribuições do pessoal, mencionava a preocupação com o público e com os visitantes da futura instituição. Assim, estabelecia como atribuições da Dire-

29 NEDEL, L. B. Breviário de um museu mutante. *Horizontes Antropológicos*, n. 23, pp.15-36, 2005.

toria, além de diversas outras, “apresentar anualmente ao Secretário das Obras Públicas relatório minucioso acerca dos trabalhos executados, relação dos objetos adquiridos, número de visitantes e alterações havidas no pessoal”³⁰.

Além disso, ainda era de competência da Diretoria “franquear o Museu ao público em dias determinados, de acordo com o Secretário de Estado”.³¹ Era previsto, então, desde a sua criação, que o museu teria as características de instituição aberta ao público, recebendo visitantes, aspecto que se manteve na legislação posterior. Mais adiante, no capítulo VI, artigo 21, o regulamento incluía os estudantes e professores entre o público que teria acesso garantido ao museu, mesmo nos dias em que este não estivesse aberto à visitação pública³².

Na sua segunda normativa, o *Regulamento do Museu Julio de Castilhos*, aprovado pelo Decreto nº 1.140, de julho de 1907, a instituição previa, entre as competências do diretor, fiscalizar a escrituração pelos amanuenses de diversos livros. Entre estes, encontrava-se o *Livro de Visitantes* e o *Livro de Impressões e Reclamações de Visitantes*. Além disso, era mantida a atribuição de apresentar relatório anualmente ao secretário de Obras Públicas, sobre o número de visitantes, entre outras informações a respeito do funcionamento do órgão.

Dessa forma, é possível observar que a documentação normativa tanto da criação como do funcionamento da instituição considerou relevantes os aspectos concernentes à visitação, tanto que obrigava seu diretor a prestar contas de informações sobre as mesmas. Mais que isso, a

30 RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas*, 1903, p. 28.

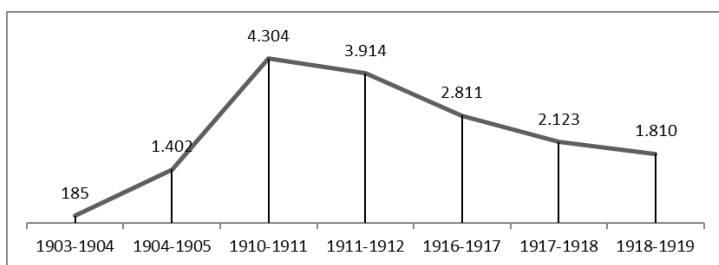
31 RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas*, 1903, p. 28.

32 RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas*, 1903, p. 29.

existência de um *Livro de Impressões e Reclamações* pretendeu, de algum modo, permitir que o público visitante pudesse registrar sua opinião sobre o museu, conforme considerações retomadas mais adiante neste estudo.

Embora ainda não fosse obrigado a fazê-lo, no seu segundo ano de existência o diretor apresentava o número de visitantes a cada mês, demonstrando em seu relatório que a visitação aumentava progressivamente, totalizando 185 visitantes no período entre junho de 1903 e junho de 1904. Ao que tudo indica, somente no segundo ano o museu teve suas coleções abertas à visitação pública, fato que, conforme seu diretor, aumentou consideravelmente a frequência ao lugar. A partir dos números mencionados nos relatórios do museu, foi possível perceber o movimento de visitantes obtidos ao longo dos anos, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Movimento de visitantes, Museu Júlio de Castilhos, 1903-1919.



Fonte: RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas, 1903-1919**³³.

Embora nem todos os relatórios contemham o número de visitas, entre os anos 1903 e 1919 conclui-se que o

³³ Gráfico elaborado pela autora, a partir das informações contidas nos relatórios apresentados pela direção do Museu Julio de Castilhos aos seus superiores.

museu deu atenção à atividade de receber visitantes. Esse número cresceu consideravelmente nos seus primeiros sete anos de existência, passando a decair paulatinamente nos dez subsequentes. Mesmo que tenha recebido visitantes, o museu nem sempre esteve com suas portas abertas, conforme relatava seu diretor. Isso ocorreu, em especial, quando suas coleções foram transferidas para a nova sede. Quando fora criado, o museu funcionava, provisoriamente, em dois pavilhões construídos para sediar a Exposição de 1901, ao lado da Escola de Engenharia, nas imediações da Várzea. Desde então, Francisco Rodolpho Simch alertava sobre a precariedade de suas instalações e sobre a necessidade de transferir o museu para outro edifício. Segundo suas palavras:

Os inconvenientes da permanência demorada em construções provisórias sujeitas a intempéries eram tantos e tão patentes que o Governo desde logo cogitou de obter um edifício definitivo para esse fim. A primitiva ideia de construir-se prédio novo foi abandonada, tendo sido resolvida a aquisição do palacete em que residira o inescqueável dr. Júlio de Castilhos.³⁴

Assim, para atender ao ideal de museu de seu diretor, a edificação provisória que abrigava a instituição era um dos maiores desafios, havendo a intenção de construir um prédio especialmente para abrigá-lo. No entanto, tal proposta foi abandonada a partir da aquisição, em 1906, por parte do Governo do Estado, do palacete onde morou o republicano Júlio de Castilhos, situado na antiga Rua da Igreja, na área central de Porto Alegre. O Patriarca, como era chamado por seus correligionários do Partido Republicano Rio-Grandense, residiu no imóvel com a esposa Honorina até seu falecimento, em 1903.

34 RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas*, 1906, p.173.

A escolha do local para sede do Museu do Estado não foi gratuita. A iniciativa de criar um museu a partir do material da Exposição Agropecuária e Industrial de 1901 teria partido do próprio Júlio de Castilhos, fato que justificava a seguinte passagem do texto do Decreto nº 1.140, de 19 de julho de 1907, que aprovou o Regimento Interno do museu e lhe alterou o nome:

atendendo aos inolvidáveis serviços prestados pelo extinto estadista riograndense Dr. Julio de Castilhos, em prol do Museu do Estado, instituição a que ligou o maior interesse e de que foi o iniciador, resolve, em homenagem àquele benemérito patriota e no uso da atribuição que lhe confere o artigo 20 de Constituição, dar ao Museu a denominação de “Julio de Castilhos”.³⁵

Ainda não foi localizado, na documentação consultada, indício que demonstre a iniciativa de Julio de Castilhos em criar o museu, o que pode ter sido sugerido por seus seguidores de modo a melhor justificar a intenção de transformar sua antiga residência em sede daquela instituição. Desse modo, após efetuada a compra, em 15 de agosto de 1905, o diretor recebeu a ordem de realizar a mudança das coleções para sua nova morada. Em 19 de agosto, o museu encontrava-se em sua nova e definitiva sede. Embora tenha considerado “excelente” o novo edifício, Simch não deixou de mencionar seus “defeitos”, destacando o tamanho diminuto das suas salas, a precária iluminação e as deficiências do local, ressaltando que as coleções haviam crescido de forma extraordinária, de modo que o espaço não condizia com a necessidade de deixá-las bem expostas. Assim, dedicava-se o diretor a solicitar uma série de reparos no edifício, com a finalidade de proporcionar-lhe melhores condições para acolher o museu.

35 RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 1.140, de 19 de julho de 1907.

Devido às especificidades das funções que o museu se propunha desempenhar, o diretor chegou a sugerir a construção de um novo prédio. Para Simch, os museus de história natural, como era o que estava sob seus auspícios, aumentavam progressivamente suas coleções, devendo, concomitantemente, aumentar seu espaço físico. Havia, também, a necessidade de um ambiente para observações biológicas, análises químicas, geológicas e mineralógicas, instalação de laboratórios adequados. O fato de o museu servir para reverenciar a memória de Júlio de Castilhos não impediu que o diretor sugerisse que este fosse transferido para outro local. Afirmava que o palacete da Rua da Igreja poderia ser ocupado sem prejuízo por outra repartição, como a Chefatura de Polícia, a Diretoria de Higiene ou a Repartição de Estatística. Para instalar o museu, o diretor sugeriu uma construção fora do perímetro urbano. Indicava, inclusive, alguns “subúrbios” que poderiam servir para tal fim: S. Manoel, junto ao Bairro Moinhos de Vento; a parte superior do Bairro Rio Branco; certas seções do arraial da Glória e do Teresópolis.

Com a necessidade de arrumar a casa, desde a mudança para a Rua Duque, o museu esteve fechado à visitação. Além de organizar as coleções no novo espaço, estas haviam aumentado consideravelmente, obrigando que a atenção do diretor fosse direcionada para a classificação do material coletado nas suas excursões feitas pela capital. Embora tenha notificado a situação em seu relatório, Francisco Rodolpho Simch aproveitou para relatar seus planos em relação à visitação ao museu:

A propósito de visitação, lembro-vos a conveniência de serem as coleções franqueadas ao público, à noite, das 7 às 10 horas, porque neste período o afluxo é maior por diversos motivos, convindo salientar os seguintes:

Durante os dias de quintas-feiras a população está entregue a seus afazeres e os forasteiros procurarão seus

negócios. Aos domingos, o esporte toma a população inteira, que se atira nos arrabaldes.

À noite, porém, quer às quintas, quer aos domingos, procuram todos uma distração; e qual será mais proveitosa que uma visita ao Museu, bem situado, com linhas de *bonds* à porta³⁶

Desse modo, é possível perceber que, embora preocupado com suas atividades científicas referentes às coleções, Francisco Simch não descuidou da necessidade de manter a instituição aberta ao público porto-alegrense e de fora da cidade. Seu relato reveste-se de maior interesse por fornecer elementos relacionados aos hábitos de lazer dos moradores da capital, no contexto estudado, marcado pela prática de esportes, como o futebol, o remo e o hipismo. Além disso, sem o dizer, o diretor apontava para a ótima localização da nova sede do museu, na Rua Duque de Caxias, na parte alta da cidade, próxima à Praça da Matriz, onde estavam localizados o Palácio do Governo e a Igreja Matriz. Para aqueles visitantes provenientes de arrabaldes distantes da área central, uma linha de bonde – nessa época ainda de tração animal – serviria a contento à população que necessitasse de transporte público.

Assim, no Regulamento aprovado em 1907, previa-se que:

Art. 24. – Aos domingos e quintas-feiras será o museu franqueado à visitação pública em horas determinadas pelo Diretor.

1º O pessoal do estabelecimento manterá a ordem no edifício.

2º Os funcionários, em dias de visitação, usarão um distintivo que permita sejam facilmente reconhecidos pelos visitantes.

3º O ingresso no museu é expressamente proibido aos indivíduos descalços, maltrapilhos ou ébrios.

36 RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas**, 1906. p. 179.

4º Os visitantes não poderão tocar nos objetos expostos, nem ter o chapéu na cabeça, sendo-lhes vedado fumar.³⁷

Como pode ser observado, o novo regulamento não apenas determinava os dias abertos à visitação pública, orientando o pessoal da instituição sobre procedimentos de identificação, mas também indicava os “não convidados”, prescrevendo o comportamento desejável de seu público ao visitar as exposições. Pode-se indagar as motivações para a interdição dos espaços do museu aos “indivíduos descalços e maltrapilhos ou ébrios”. Talvez essa norma almejasse evitar a visita de determinados transeuntes que perambulavam pelas ruas da área central de Porto Alegre, seja porque ali moravam ou porque ali trabalhavam. O centro da cidade, entre o final do século XIX e primeiras décadas dos noventa, ainda mantinha sua configuração social e espacial colonial, na qual famílias mais aquinhoadas residentes nos sobrados das ruas principais conviviam com os pobres, moradores em casas de madeira e residências coletivas, localizadas nos vários becos e vielas, frequentemente consideradas pelos jornais como “zonas perigosas” e alvo de campanhas de controle social e higienização.³⁸ Localizado na área central e nas proximidades do Beco do Poço, um dos alvos preferidos da polícia republicana e dos jornais, o museu não poderia furtar-se a visitas consideradas inopurtas, daí, talvez, uma norma direcionada tão diretamente aos indivíduos com as características citadas.

Por outro lado, ao buscar identificar aparência e comportamento indesejado, o regulamento acabava, em contraste, por atribuir as características do visitan-

37 RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas*. Porto Alegre, 1908, p.43.

38 MAUCH, C. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

te bem-vindo à instituição, ou seja, aqueles indivíduos calçados, vestindo boas roupas e sóbrios. Além de recomendar a aparência desejável ao visitante, não causa estranheza a interdição de não tocar nos objetos, nesse caso, provavelmente, por estes não estarem protegidos por vitrines, mas a prescrição de não portar chapéu e não fumar, práticas também relacionadas ao comportamento dos indivíduos durante as visitas. Desse modo, é possível observar a intenção de moldar o comportamento do visitante, cuja prática de visitar museus ainda lhe era estranha, a um ideal de civilização que incorporava novos hábitos urbanos por determinados segmentos da população, como a frequência aos cafés, às confeitarias, ao Theatro São Pedro, ao hipódromo, ao cinematógrafo (PESAVENTO, 1991; TRUSZ, 2010).

No entanto, nem sempre o museu conseguia atender esse ideal civilizatório, mantendo-se aberto. No ano seguinte à mudança, o diretor informava não estar sendo possível franquear a visitação ao público, devido a diversos motivos, entre os quais se destacava a remessa das coleções de mineralogia e de botânica para as exposições de S. Luiz, Milão e Rio de Janeiro. Segundo ele, o desfalque nas coleções seria percebido pelo público e poderia gerar descontentamento e reclamações por parte deste. Apesar de não estar aberto, o museu não se furtava de receber pesquisadores que buscassem informações sobre as “riquezas do Estado”, especialmente relacionadas às coleções da instituição.

Entretanto, não eram apenas os cientistas recebidos pelo museu, nessas condições consideradas não ideais por seu diretor, conforme seu relato:

Aguardando novo regulamento para a repartição e sua consequente organização definitiva, não franqueei o Museu à visitação pública, com quanto isto se pudesse

realizar a qualquer momento. Não obstante, é grande a afluência de visitantes ao Museu, aos quais sempre tenho permitido visita, e exame às coleções. É notável a grande procura que tem tido a Primeira e a Segunda Seção, por parte dos alunos de institutos secundários e superiores, aos quais em todo tempo faculta a entrada e forneço explicações e demonstrações nas matérias relativas ao assunto; diversas vezes tem mesmo comparecido, depois de aviso prévio, colégios inteiros com os respectivos diretores.³⁹

Através de suas palavras, pode-se considerar factível a preocupação também com o público de estudantes, dos diferentes níveis de ensino, que visitava o museu a partir de prévio agendamento. As duas seções mais visitadas eram, respectivamente, a de zoologia e botânica e a de mineralogia, geologia e paleontologia. Mais que isso, é importante observar que o Museu Júlio de Castilhos concentrava, ao longo de seus primeiros anos de existência, a grande maioria de seus visitantes junto ao público escolar.

O relatório de 1909 informava sobre a visita pública suspensa, devido a dois motivos apontados. O primeiro deles referia a existência de uma profusão de pequenos cômodos no prédio, característica arquitetônica da antiga residência, que dificultava a vigilância por parte do reduzido número de funcionários que, logicamente, não podiam estar em todos os ambientes do museu ao mesmo tempo. Para amenizar o problema, efetuou-se a demolição de algumas paredes internas, reduzindo-se o número de cômodos para espaços mais amplos. O segundo motivo mencionava a saída das coleções para participação em exposições nacionais, situação que, se por um lado, impedia a abertura do museu ao público, por outro lado, demonstrava a relevância de suas coleções para representar os

39 RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas.** Porto Alegre, 1907, p.229.

aspectos naturais do território do Rio Grande do Sul nas mostras que reuniam as riquezas econômicas dos estados brasileiros. Nesse caso específico, o museu teve suas portas fechadas para que suas coleções pudessem participar da exposição nacional alusiva ao centenário da abertura dos portos em 1908, no Rio de Janeiro, na qual conquistou prêmio pela numismática e medalha de ouro pela coleção de mineralogia e geologia⁴⁰.

O museu foi oficialmente reaberto à visitação pública em 1910. Ao prestar contas da quantidade de visitantes que acorreram ao museu no período, Simch esclarece que os estudantes representaram a maioria. Situação que se manteve nos anos seguintes, como se pode observar pela diminuição do número de visitantes em épocas de férias escolares. As características de seu maior público eram comentadas por Francisco Rodolpho Simch em 1911, ao apresentar um quadro estatístico de visitas mês a mês, entre os anos de 1903 e 1911 (Tabela 1).

40 Além da exposição de 1908, o Museu Julio de Castilhos também participou da exposição alusiva ao Centenário da Independência com a elaboração de um novo mapa do estado, conforme RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas**. Porto Alegre, 1923, p.643, não havendo referência neste documento sobre a participação das coleções do museu na mostra, o que teria levado ao fechamento da instituição à visitação pública.

Tabela 1 - Visitas mensais, Museu Júlio de Castilhos, 1903-1911.

MESES	1903	1904	1905	1906
Janeiro	-	5	40	-
Fevereiro	-	3	40	-
Março	-	27	152	-
Abril	-	5	118	-
Maió	-	43	124	-
Junho	-	65	184	-
Julho	-	82	147	-
Agosto	-	204	28	-
Setembro	-	123	-	-
Outubro	-	176	-	-
Novembro	-	109	-	-
Dezembro	-	63	-	-

MESES	1907	1908	1909	1910	1911
Janeiro	-	-	12	94	79
Fevereiro	-	-	3	112	251
Março	-	-	11	420	360
Abril	-	-	19	519	564
Maió	-	-	16	539	504
Junho	-	-	0	467	445
Julho	-	-	4	412	
Agosto	-	-	4	381	
Setembro	-	346	-	349	
Outubro	-	100	147	424	
Novembro	-	22	581	349	
Dezembro	-	11	202	186	

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1911. Pp. 32-33.

Segundo esses dados, o diretor destacava que a visitação ao museu diminuía consideravelmente nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, assim justificando:

A circunstância tem suas causas no fato de ser esta a época de férias nos estabelecimentos de ensino (que aliás são os maiores fornecedores de visitantes), na ausência de grande número de famílias, que se retiram para veranejar, e finalmente nos grandes calores reinantes.⁴¹

Dessa maneira, é importante notar que, mesmo com as dificuldades apontadas para se manter aberto ao público, o Museu Julio de Castilhos recebia visitantes de forma sistemática, especialmente o público escolar; destacando-se o nível secundário, conforme Simch. Mesmo com poucos anos de existência, o museu ia tomando parte na vida escolar dos porto-alegrenses, assegurando um lugar como instituição educativa e transmissora de saberes vinculados especialmente às ciências naturais.

Embora a análise quantitativa das visitas permita, dentro de certos limites, estabelecer conclusões relacionadas à atuação educativa do museu e a sua preocupação com a presença do público nos seus espaços, poucos elementos fornece sobre a visita, sobre as exposições oferecidas pelo museu, sobre as percepções do público, entre outros aspectos. No entanto, Francisco Rodolpho Simch apontava a existência no museu de um *Livro de Reclamações e Impressões*⁴², dando-se ao trabalho de transcrever nos seus relatórios anuais aproximadamente uma dezena de depoimentos, cuja análise permite uma aproximação com o público do museu no período estudado.

41 RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas*, 1911, p. 32-33.

42 Embora em seus relatórios, Simch mencione a denominação de *Livro de Impressões e Reclamações*, o termo de abertura do documento menciona que o mesmo “é destinado a receber as impressões e pareceres dos visitantes que vierem ao museu do estado do Rio Grande do Sul”.

Dos treze relatos transcritos no Relatório de 1904, doze deles apresentam o mesmo tom laudatório e elogioso à iniciativa do Governo do Estado em criar o museu, ressaltando o serviço competente feito por seu diretor, especialmente na organização do museu e na classificação das suas coleções, cujo exemplo é o texto do então intendente da capital, José Montauray de Aguiar Leitão: “Visitando o Museu do Estado, com o maior prazer observei o excessivo cuidado na organização dos objetos nele existentes e proficiência incontestável da respectiva classificação”.⁴³ Certamente, a seleção dos depoimentos feita por Simch com o objetivo de registro em seus relatórios levou em consideração a aprovação, feita pelos visitantes, de suas realizações à frente da instituição. Mas mesmo entre as impressões deixadas pelos visitantes e não selecionadas para compor os relatórios, não é possível identificar registros que destoam desse tom elogioso ao trabalho do diretor. No Relatório de 1905, Simch enfatizou que dos 1.402 visitantes do museu no último ano nenhum registrara reclamações, como pode ser comprovado no livro citado. Porém, mais que reforçar o apoio dos visitantes ao seu labor, o diretor pareceu aproveitar esse expediente do *Livro de Impressões e Pareceres* com a finalidade de dar voz a reivindicações que se tornaram a tônica de seu mandato enquanto esteve no comando da instituição: a luta por espaços adequados para o museu. Nesse sentido, contrasta com os demais depoimentos o trecho atribuído ao registro escrito por Ramiro Barcelos em sua visita à primeira sede do museu, nos pavilhões da Escola de Engenharia, quando diz:

A impressão mais acentuada que me deixou a visita ao Museu foi o perigo que correm as ricas coleções, se continuarem a permanecer nos pavilhões de madeira em

43 RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas**, 1904, p. 221.

que se acham atualmente, podendo ser destruídas em um momento pelo fogo, ou alteradas pelas intempéries.⁴⁴

Para compreender a presença dessa transcrição no relatório, faz-se necessário conhecer melhor seu autor. Ramiro Barcelos era, então, um importante político filiado ao governista Partido Republicano Rio-Grandense, que costumava escrever no jornal *A Federação*, veículo da imprensa oficial da legenda. Nos primeiros anos republicanos, Ramiro Barcelos esteve ao lado de Júlio de Castilhos, inclusive sendo cotado para ser seu sucessor. No entanto, Borges de Medeiros assumiu esse posto, ficando no governo por mais de vinte anos. Estando ambos em lados opostos, Ramiro Barcelos publicou, em 1915, a obra literária *Antonio Chimgo*, um poema campestre satírico cuja personagem é uma caricatura de Borges de Medeiros, considerado pelo autor como subserviente às ideias do Patriarca. No entanto, não se pode afirmar que este tivesse algum conhecimento *a priori* sobre as necessidades de conservação ou segurança de coleções museológicas. Desse modo, parece inverossímil o autor ter chegado a essas impressões por conta própria. Ao contrário, a partir desse excerto, é possível imaginar que o próprio diretor tenha buscado apoio político junto ao seu interlocutor, um importante membro do partido no poder, mas opositor do então presidente da província, que, prontamente, deixou seu registro, de acordo com as considerações técnicas feitas pelo próprio Simch. Assim, não é descabido supor que a presença do depoimento escrito de Ramiro Barcelos no relatório do museu tenha tido por objetivo revestir de força política os argumentos de ordem técnica apresentados pelo diretor aos seus superiores. Do mesmo modo, é possível conjecturar que a “impressão” registrada pelo ilustre visitante tenha

44 RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas*, 1904, 222.

surtido algum efeito junto ao grupo no poder, reforçando as considerações técnicas manifestadas por Francisco Rodolpho Simch em seus relatórios, de tal modo que a antiga residência de Julio de Castilhos fora, mais tarde, aventada para abrigar a instituição.

Sendo assim, é necessário cuidado ao analisar a documentação histórica que pretendeu dar voz ao público dos museus, pois esses registros podem informar muito mais que simples impressões de visita, feitas sem a interferência dos seus gestores. Nesse caso específico, os registros mostram a busca de apoio político às demandas técnicas realizadas pelo diretor do museu. Por outro lado, livros de visitas e registros de visitantes constituem-se em documentos interessantes para a investigação histórica dos museus por conterem pistas e vestígios deixados por sujeitos que raramente teriam oportunidade de registrar suas impressões sobre o museu, sobre suas coleções e exposições, podendo apresentar riqueza para explorar a apropriação ou recepção do museu por seu público em tempos pretéritos.

Ainda são dignos de nota no referido livro os depoimentos que enfatizam o museu de ciências como instituição relevante para a educação, o civismo e o progresso do estado do Rio Grande do Sul e do país. Observa-se, assim, a presença das ideias positivistas que circulavam naquele contexto tomarem forma nas opiniões emitidas por seus visitantes sobre o Museu Júlio de Castilhos. Segundo José Murillo de Carvalho⁴⁵, as ideias positivistas importadas pelos brasileiros adquiriram aqui diversos matizes, tornando-se não raras vezes expressões e frases de efeito no contexto de uma retórica incorporada de modo difuso pela sociedade. Entre a eli-

45 CARVALHO, J. M. O positivismo brasileiro e a importação de ideias. In: GRAEBIN, C. M. G.; LEAL, E. (Orgs.). **Revisitando o positivismo**. Canoas: Editora La Salle, 1998.

te intelectual, a retórica cientificista ganhou destaque, bem como os termos “ordem e progresso”. Diversos registros do livro de impressões contêm a palavra “ordem”, como modo de caracterizar a organização das coleções expostas no museu, e valorizando-o como instrumento de desenvolvimento e progresso do estado do Rio Grande do Sul e do país.

Essa constatação torna-se mais eloqüente ao se observar a identidade dos visitantes do Museu, quando estas foram mencionadas. Dessa forma, sabe-se que estiveram no museu, nos anos em estudo, os seguintes visitantes: Clarimundo de Almeida Santos, Manoel Teophilo Barreto Viana, Eugenio Dähne e José de Mello, José Montaury de Aguiar Leitão, Décio Villares e Felizardo Junior, Arnaldo Barbedo, Alfredo Carlos de Iracema Gomes, Alberto Barcelos, Ramiro Barcelos, Adolpho Mabilde, Susviela Guarch, Octacílio Barbedo, Gastão Gomes, V. Camargo, Innocencio Garcia, Jannasch, J. C. White, Francisco de Paula Oliveira e Carlos Moreira, Carlos Moreira, Cícero Campos e Benedito dos Santos, João O. de Sá Camello Lampreia, Dr. J. Martin, cônsul da Bélgica, engenheiro Wolf, Dr. Thore Hall, capitão do Exército Alfredo Carlos de Iracema Gomes.

Mais que uma relação onomástica de visitantes, importa mencionar esses nomes selecionados por Francisco Rodolpho Simch, na medida em que estes foram qualificados, sendo fornecidas informações sobre o objetivo de suas visitas. Por um lado, essa seleção de nomes e depoimentos mencionados nos relatórios; passava pela escolha do que Simch considerava como “visitas ilustres”, tais como o intendente da Capital, José Montaury Aguiar Leitão; o artista positivista carioca Décio Villares, acompanhado do também positivista religioso Felizardo Junior; o ministro de Portugal João O. de Sá Camello Lampreia; o cônsul da Bélgica; o presidente da República; os secretários do Interior e de Obras Públicas; o barão Homem

de Mello, acompanhado do coronel Aurelio de Bittencourt; o general Salvador Ayres; Pinheiro Machado, o vice-presidente do Estado. Entre esses, estão políticos vinculados diretamente ao grupo republicano no poder, como o Intendente da capital José Moutaury de Aguiar Leitão e Ramiro Barcelos, ou adeptos do positivismo, como Décio Villares e Felizardo Junior.

Por outro lado, o diretor ressaltava as visitas especializadas nas áreas científicas estudadas pela instituição. No ano de 1905, registrou a visita da comissão geológica chefiada por Mrs. S. White, do ministro português e do Dr. Martin, todas, segundo o diretor, pessoas competentes no assunto do museu. Em 1908, registrava a visita de Thore Hall, proveniente do *Recksmuseum* de Estocolmo, vindo especialmente ao Rio Grande do Sul, estudar a “flora fóssil carbonífera” recolhida ao museu. No ano de 1910, registrava a visita do “professor de Biologia Dr. Julius Fembach, que esteve em excursão pelo estado, pretendendo reconhecer as condições para uma expedição completa no sentido de realizar uma campanha científica, abrangendo o Rio Grande do Sul, S. Catarina, Paraná, S. Paulo, Goiás e Maranhão”⁴⁶. Ainda é digna de nota a visita de Bernardo Backersser, professor de mineralogia e geologia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em excursão científica ao Rio Grande do Sul acompanhado dos seus alunos. Estas visitas permitem reafirmar o mencionado anteriormente sobre o Museu Júlio de Castilhos como lugar de referência nos estudos científicos, localizado no extremo meridional do Brasil. Nas incursões de naturalistas pelo território rio-grandense é possível perceber que a instituição era local de passagem obrigatória desses estudiosos, provenientes de diversas regiões

46 RIO GRANDE DO SUL. **Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas**, 1910. p. 29.

do mundo, que tomavam contato com as coleções, apropriando-se de informações especialmente sobre a fauna, a flora e os aspectos mineralógicos locais.

Se na atualidade estão em voga os estudos que visam permitir um maior conhecimento dos públicos que visitam o museu e os diferentes modos de apropriação dos conteúdos expostos, é importante observar que raros foram os vestígios deixados pelos visitantes em tempos passados, tendo em vista que a documentação arquivística restringe-se ao produzido pelos agentes institucionais, quase exclusivamente seus diretores. Assim, os registros oferecidos pelo livro de impressões analisado possibilitaram uma dupla aproximação, mesmo que de forma esmaecida, com os públicos do Museu Júlio de Castilhos e com os esforços para manter no nível do desejo do seu diretor a instituição aberta à visitação.

O Museu e “lição de coisas”

Algumas pistas permitem verificar que não foram apenas as ideias científicas preconizadas pelo positivismo que inspiraram as práticas de Francisco Rodolpho Simch em sua atuação nos primeiros anos do Museu Júlio de Castilhos. Sobre a ênfase do museu às ciências naturais, palavras registradas pelo diretor no relatório de 1910 reafirmam seu posicionamento quanto à finalidade do museu. Ele inicia indicando a existência de dois tipos de museus: os de *ciências históricas* e os de *ciências naturais*. Para Simch, o primeiro tipo de museu é “muitíssimo dispendioso e de utilidade quase exclusivamente limitada às classes que se ocupam com os estudos sobre civilização”,⁴⁷ enquanto as ciências naturais “deixaram de ser privilégio de

⁴⁷ RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas*, 1910, p.26.

meia dúzia de escolhidos, para serem acessíveis a todos”.⁴⁸ Seu argumento é o de que as características naturais de uma região são fatores determinantes para a economia da mesma e, portanto, o estudo das ciências naturais é útil à sociedade como um todo.

Embora reconheça a importância de conhecer os usos e costumes de um povo em uma determinada época e lugar, Simch parece acreditar que este tipo de conhecimento não se equipara à utilidade que representam os estudos dos elementos naturais locais. Além disso, para o diretor, o que se fazia no museu em relação às peças históricas não tinha validade sequer como investigação histórica e cultural, pois se resumia ao simples acúmulo de peças. A solução por ele proposta é simplesmente abrir mão do material de valor histórico, nada mais fazendo para o aumento dessas coleções, “ficando limitada a ação da Repartição exatamente ao que prescreve o 3º [parágrafo] do art. 7º receber, conservar e estudar tudo *que lhe for confiado*”.⁴⁹ De fato, o museu somente veio a implementar uma sistematização da pesquisa histórica num momento posterior, fora do âmbito de análise deste texto (NEDEL, 1999, 2005).

Desse modo, as palavras de Francisco Rodolpho Simch expressam também as ideias presentes no método intuitivo, mais conhecido por sua estratégia de ensino denominada *Lição de coisas*, a saber.

48 RIO GRANDE DO SUL. Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas. 1910, p.27.

49 RIO GRANDE DO SUL. Relatório da secretaria de Estado dos negócios das obras públicas, 1910, p.26.

O método intuitivo⁵⁰ derivou do empirismo e recebeu adequação ao contexto educacional por Pestalozzi e Froebel. No Brasil foi introduzido por Rui Barbosa que traduziu o manual de autoria do norte-americano Alisson Norman Calkins, no qual enfatizava o paradigma científico como base para o ensino e preconizava uma educação dos sentidos, através da observação, da experimentação, da reflexão e da representação. O novo método contrapunha-se às formas tradicionais de ensinar, calcadas na memorização e na repetição e estimulava um papel ativo do aluno no processo de aprendizagem. Ao partir do concreto para chegar ao abstrato, das coisas para chegar às ideias, estimulando a observação e a experiência no cômputo de uma educação científica, *Lição de coisas* fora bem aceito no contexto educacional brasileiro, sendo objeto de diversas legislações embora ainda sejam esparsas as informações sobre as práticas adotadas nas escolas.

No Rio Grande do Sul, *Lição de coisas* foi introduzido ainda no Império, sendo retomado na República, através de diversas legislações que organizavam a instrução primária. Duas representações estão presentes na documentação pesquisada ao referir-se à *Lição de coisas*: ora,

50 Sobre o método Lições de Coisas, ver, entre outros: VALDEMARIN, V. T. Método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T.; ALMEIDA, J. S. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: Unesp, 1998, p.63-105; BASTOS, M. H. C. Ferdinand Buisson no Brasil: pistas, vestígios e sinais de suas idéias pedagógicas: 1870-1900. **História da Educação**, v. 4, n. 8, pp. 79-109, 2000; KREUTZ, L. Representações diferenciadas de *Lições de Coisas* no início da República. **Estudos leopoldenses**, v. 32, n. 148, pp. 75-85, 1996. Em: POSSAMAI, Zita R. “Lições de coisas” no museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 20, n. 43, pp. 1-16, 2012, foi ressaltada a organização pelo Museu Julio de Castilhos de caixas didáticas a serem distribuídas às escolas do estado como ferramenta de aprendizagem, o que permite verificar a relação entre o museu e o método intuitivo em aplicação no sistema de ensino gaúcho naquele contexto.

esta é apresentada como método geral do ensino; ora, é vista como uma disciplina específica do currículo. A legislação de 1889⁵¹ enfatizou as duas representações para *Lição de coisas*, seja prescrevendo-a como método para o ensino, que deveria privilegiar a observação e experimentação, evitando-se qualquer procedimento de memorização; seja listando os conteúdos atinentes a uma disciplina do currículo. Entre os diversos conteúdos abrangidos por *Lição de coisas*, é importante ressaltar aqueles diretamente relacionados ao escopo das coleções do Museu Júlio de Castilhos: diferenças entre o reino vegetal, animal e mineral; conhecimentos sobre diferentes tipos de animais, vegetais e minerais, entre outros. O mesmo decreto ressaltava a importância do ensino na escola primária de conhecimentos úteis à vida, em detrimento dos conteúdos ministrados pela escola tradicional e considerados sem aplicabilidade prática para os indivíduos.

Desse modo, é possível observar nas práticas e ideias de Francisco Rodolpho Simch uma afinidade com os pressupostos do método intuitivo ao privilegiar coleta, estudo, classificação e exposição de coleções vinculadas especialmente às ciências naturais e ao conceber seus produtos como aqueles que permitiriam uma utilidade prática pela sociedade em favor do desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Sul. Não é à toa que o diretor vê com bons olhos a transferência da instituição, mencionada anteriormente, para a Diretoria do Serviço Geológico e Mineralógico, pois muitas das pesquisas realizadas pelo diretor eram fruto das necessidades provenientes daquele órgão, tais como o estudo dos solos em diversas regiões do estado. Ademais, ao receber e instruir pessoalmente os estudantes que visitavam o museu, fazendo demonstrações

51 RIO GRANDE DO SUL. **Leis, atos e decretos do governo do Estado.** Porto Alegre, 1889.

práticas a partir das coleções, o diretor adotava os procedimentos pedagógicos preconizados por *Lição de coisas*, partindo dos objetos expostos para chegar aos conhecimentos úteis à vida.

Por outro lado, a presença dos estudantes no museu demonstra que as escolas estavam sensibilizadas para os conhecimentos a serem aprendidos através do contato com as coleções expostas nos espaços da instituição. Esse aspecto pode constituir-se em pista a mostrar a apropriação do método intuitivo nas escolas, por seus diretores e pelos professores, em face das dificuldades com a compra de materiais de alto custo para sua implementação em sala de aula e, talvez, pelas dificuldades em equipar museus e laboratórios escolares previstos nos projetos arquitetônicos em construção. Desse modo, é possível concluir, através dos esparsos rastros à disposição, que o Museu Júlio de Castilhos e suas coleções de ciências naturais constituíram-se em materiais pedagógicos disponíveis, sendo explorados por mestres e estudantes das escolas no sentido de uma educação nos moldes científicos, então em voga.

Alguns aspectos da trajetória do Museu Júlio de Castilhos nas primeiras décadas de sua existência e que chegaram ao presente por meio dos relatos de seu primeiro diretor podem ser evidenciados no que se refere ao foco deste texto. Desde sua criação, o museu foi formalizado no sentido de receber visitas, ou seja, foi imaginado como um museu aberto ao público. Mesmo lidando com dificuldades de diversas ordens, é visível o esforço de Francisco Rodolpho Simch em receber visitas, mesmo nas situações em que a instituição não estava franqueada à visita pública. As estatísticas demonstram o crescimento do número de visitantes, pelo menos até certo período, vindo a decair posteriormente. Mas mesmo com essa queda pau-

latina e sistemática da frequência, o museu mantém seu funcionamento, recebendo visitantes.

À parte as informações quantitativas e referentes à abertura ou fechamento dos seus espaços ao público, escasseiam as informações sobre as visitas, sendo possível afirmar que o museu recebia pesquisadores nacionais e estrangeiros. No entanto, não era esse seu único público. Recebia, especialmente, turmas de escolares – através de visitas pré-agendadas – e daí provinha a maioria de seus visitantes. A presença de escolares dos diversos níveis de ensino no Museu Júlio de Castilhos vem a corroborar a apontada relação entre a instituição e *Lição de coisas*. O museu, como lugar de coleta, guarda, conservação, pesquisa e exposição das coisas produzidas no Rio Grande do Sul, paulatinamente, impunha-se como espaço relevante de aprendizagem sobre saberes que a escola talvez não pudesse alcançar em razão das dificuldades em equipar seus próprios museus e laboratórios. Por outro lado, é possível perceber que o museu nesse período equilibrava, mesmo que de modo precário, a função educativa e a função científica, de modo semelhante que outros museus de ciências o fizeram no contexto brasileiro⁵².

Assim, se no plano ideal de alcançar uma sociedade científica, nos moldes propugnados no período, o museu merecia um lugar ao lado de outras instituições educativas e culturais, como a escola, a biblioteca e o arquivo, aproximando a mirada para as práticas vivenciadas por seus gestores, observa-se um museu possível, distante do desejado, que tentava atender com dificuldades as tarefas de colecionar e educar seu público, vivendo o tensiona-

52 LOPES, M. M. et Al. A construção da relação Museu-Escola no Rio de Janeiro entre 1832 e o final dos anos de 1927: análise das formas de colaboração entre o Museu Nacional e as instituições da educação formal. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, Associação Nacional de História, 2007.

mento entre interesses científicos, educativos e celebrativos da memória.

Essa contradição foi temporariamente suspensa quando Francisco Rodolpho Simch, já cansado de tanto mendigar por condições adequadas para o funcionamento das ciências no museu, deixa a instituição, em 1925. Desde então, e por vários anos, o museu permaneceria com suas portas fechadas, dedicando-se exclusivamente à investigação, não das ciências naturais, mas do passado rio-grandense, justamente a perspectiva que o primeiro diretor considerava não ter utilidade à vida dos indivíduos.

Referências

BASTOS, M. H. C. **Pro patria laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)**. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARANDINO, M.; ALMEIDA, A. M.; VALENTE, M. E. A. **Museu lugar do público**. [Volume I]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

NEDEL, L. B. **Paisagens da província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

NEDEL, L. B. Da coleção impossível ao espólio indesejado. **Estudos Históricos**, v. 38, pp. 11-31, 2006.

SANJAD, N. **A coruja de minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Rio de Janeiro: IBRAM/FIOCRUZ, 2011.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TRUSZ, A. D. **Entre lanternas mágicas e cinematógrafos: as origens do espetáculo cinematográfico em Porto Alegre - 1861-1908**. São Paulo: Ecofalante, 2010.

VIDAL, D. G. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no final do século XIX. In: VIDAL, D. G.; SOUZA, M. C. C. C. (Org.). **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Pp. 107-116.